

Modelos geográficos de imperialismo

J. M. Blaut¹

Imperialismo, como falo dele aqui, é a exploração branca do mundo não-branco, uma praga que começou a cerca de 500 anos atrás na costa africana ocidental e se espalhou ao redor do globo. Ela não foi curada pela emancipação, pela descolonização, ou pelo desenvolvimento econômico (que sofre da mesma doença). Ela foi curada às vezes pela revolução, por exemplo, na China e em Cuba. Tal cura está agora em andamento na Indochina. Mas um padrão mortal emergiu, observado na Indochina e em outros lugares: nenhuma revolução pode correr seu curso sem uma intervenção armada do mundo branco, o Ocidente. Esse padrão está fundamentado na lógica e crenças do imperialismo. Aqui estão duas alegorias:

“Aqueles *gooks*² não podem vencer.” Se P, então não Q. Essa afirmação desfruta do status de certeza axiomática. Não existe possibilidade lógica de retirada que segue a tal axioma auto-verificante. “Os *gooks* não podem vencer”, então nós intensificamos. Assim nós vamos lutar com *gooks* e com *chinks*³ e com os *niggers*⁴ também. “Mas aqueles *gooks* não venceram, não foi?” Agora aqueles *chinks* e *gooks* e *niggers* juntos não podem vencer...” Então a lógica hermética flui e nós entramos na III Guerra Mundial.

A segunda sequência lógica começa suficientemente benigna, “Nenhum homem são quer violência”. É, portanto, insano sancionar a incessante violência que a África do Sul Negra suporta? Mas isso, é claro, não é violência. Isso é meramente um alto índice de mortalidade de doenças, fome e suicídio. Nós culpamos a explosão populacional ou a própria estupidez deles, nunca a nossa própria caça de

¹ Publicado originalmente em *Antipode*, volume 2, número 1, agosto de 1970, pág. 65-82. Tradução de Breno Viotto Pedrosa.

² Termo pejorativo utilizado para se referir a coreanos, filipinos e vietnamitas [N.T.].

³ Termo pejorativo que se refere aos chineses [N.T.].

⁴ Termo pejorativo que se refere aos negros [N.T.].

debêntures de Manhattan. Mas quando a revolução deles começa – ela é denominada “violência” e violência é insana. Então, nós mandamos os fuzileiros navais: “pacificadores” que nunca nem se quer ouviram falar de Apartheid. Quando tropas negras chegam da África oriental e ocidental, nós defendemos a integridade territorial da África do Sul contra os invasores, os causadores de “violência”. Os próximos a chegar são os *gooks* e os *chinks*... e então nós entramos na III Guerra Mundial.

II

Essas alegorias expressam uma proposição que é a pedra fundamental deste artigo. Posso afirmar a proposição de duas maneiras, uma que vai parecer banal e outra talvez mística ou tola. Primeira: todas as coisas podem ser racionalizadas. Segunda: toda a ciência e historiografia ocidental estão tão proximamente entrelaçadas com o imperialismo Ocidental que elas podem apenas descrever e justificá-lo, não prevê-lo ou explicá-lo ou controlá-lo – nem mesmo quando a sobrevivência humana está em jogo, como pode ser agora o caso. A segunda forma é facilmente confundida com “leste é leste e o oeste é oeste”, uma forma de relativismo cultural, um argumento que tem algum uso predizível na linguística, mas, caso contrário, meramente expressa o fato de que a comunicação intercultural é sempre difícil, sempre imperfeita, mas nunca verdadeiramente impossível. Estou tentando dizer algo um pouco mais específico. Nesse ponto, preciso de um termo adequado [*felicitous*].

A palavra etnociência foi usada alguns anos atrás para designar um campo interdisciplinar na fronteira comum entre antropologia, linguística, geografia e psicologia. Esse campo tenta analisar os sistemas cognitivos – as crenças sobre a realidade – que são características de um dado universo cultural-linguístico, teorizando sobre tais problemas em uma base intercultural⁵. Eu vou falar de “uma etnociência” bem como significar assim o conjunto total de termos implícitos e explícitos, relações e proposições que circulam entre os membros de uma cultura ou grupo de culturas.

⁵ Conklin, H., “Lexicographical Treatment of Folk Taxonomies,” *International Journal of American Linguistics*, V o l . 28, 1962.

Algumas proposições vão ser axiomáticamente verdadeiras por consentimento comum. Algumas carregarão diferentes funções-verdade para diferentes indivíduos. Algumas contradirão algumas outras. Os conceitos vão variar da mesma maneira. Esse universo do discurso terá as seguintes definições características:

- (1) Inclui proposições sobre eventos únicos, bem como proposições gerais. Assim, se estenderá por toda a história, toda a ciência e todo conhecimento prático como entendido por seus membros.
- (2) Ele é absolutamente compreensível. Se um dado fenômeno é conhecido para os membros desses dois grupos, será incorporada em ambas etnociências.
- (3) Uma etnociência não inclui o julgamento de valor, preferência, virtude ou gosto que os membros possuem. Isso é, claro, um ponto complicado. Na ciência e história ocidentais, por exemplo, a noção de afirmações livre de valores é vista como uma ficção, às vezes útil, e, mais frequentemente, inútil. Em epistemologia é difícil até mesmo imaginar uma afirmação ou pensamento, mesmo que mundano, que seja livre de valores. Todo que requeiro aqui é a possibilidade de grosseiramente separar um valor-afirmação de um correspondente conhecimento-afirmação e apenas na medida em que este último possa ser declarado como uma distinta proposições, relativamente livre de valoração. A afirmação, “Eu vejo uma cadeira adorável” deve então se tornar “Eu vejo uma cadeira” + “eu julgo a cadeira adorável”. Essa última é explícita com a etnociência. Embora ainda não totalmente livre de valores, ela pode ser usada como uma variável relativamente independente (i.e., a mosca no nariz do cavalo de Napoleão).

Essa separação é necessária para distinguir o universo chamado “uma etnociência” de um universo maior abarcando todo pensamento e exprimido por termos como “visão de mundo”, Weltanschauung, cosmologia e assim por diante. Apenas dessa forma, podemos apreender as interações entre variáveis etnocientíficas e variáveis não-etnocientíficas. A interação crucial é o efeito do imperialismo Ocidental como um conjunto de interesses e normas, sob as duas mais relevantes porções da etnociência ocidental; primeiro, o “truísmo” histórico, ou as crenças convencionais

sobre o que aconteceu na história; e, segundo, os “paradigmas” das ciências sociais, ou aglomerados de aceitos de teoria da ciência social⁶.

(4) Quaisquer das duas etnociências podem ser mapeadas uma na outra, por meio de sua comparação. Cada uma pode ser um estado de conhecimento diferente para a mesma cultura. Cada uma pode ser de uma cultura diferente. Alguma pode ser de uma cultura específica e a outra de um grupo de culturas relacionadas na qual a primeira está incluída. O par com que me preocupo nesse artigo é, primeiro, o todo da ciência e história Ocidentais e, segundo, a etnociência teórica que criei pela modificação do primeiro elemento em um aspecto: eu retirei as mais gritantes racionalizações do imperialismo.

Uma etnociência tem duas propriedades adicionais que são axiomáticas, mas testáveis. A primeira descreve as relações entre afirmações com o sistema. A segunda descreve a relação entre uma etnociência e um sistema de valores correspondente.

Nós podemos pensar na ciência e história ocidentais em um dado momento como contendo certo número de paradigmas teóricos persistentes e reconstruções históricas. Essa população de crenças científicas e históricas pode ser assumida tendo uma estrutura geral, que pode se perder. Eu vou falar de uma relação de “compatibilidade” entre pares de crenças, significando simplesmente que eles podem coexistir. Um par em disciplinas amplamente separadas pode, sem dúvidas, se contradizer e ainda coexistir, e existem raros casos desse tipo dentro das disciplinas isoladas: e.g., partículas vs. ondas.

A regra geral parece ser que paradigmas aceitos existem provavelmente para reforçar uns aos outros – por uso comum de elementos, por exemplo – ou pelo menos serem essencialmente não relacionados. A compatibilidade nesses termos não é problema. O mesmo deveria ser verdade para pares de crenças históricas e pares mistos, como na história psicanalítica, por exemplo. Deveria-se também

⁶ Kuhn, T. S., *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, 1962. Scriven, M., *Truisms as the Grounds for Historical Explanations*, in *Theories of History*, P. L. Gardiner, ed., Glencoe, 1959.

assumir o mesmo para as crenças primordiais nas políticas públicas: e.g., a visão putativa do eleitorado.

Obviamente, o conceito de compatibilidade é probabilístico em casos específicos e se torna axiomático apenas quando lidamos com crenças agregadas. O axioma é mais bem afirmado na mesma forma: em uma dada etnociência, por meio de uma dada época, é improvável que algum elemento básico, crença importante, científica, histórica ou política pública, possa ser brusca e embaraçosamente incompatível com alguma outra crença sem a resolução de um conflito que ganha lugar relativamente rápido. Esse axioma é aproximadamente análogo à teoria da dissonância cognitiva, i. e., crenças incompatíveis tendem a ficar no caminho uma da outra. O axioma nos deixará lidar com cada etnociência como um sistema, o que nos deixa conectar várias crenças distantes - distantes em tema, tempo e espaço.

O segundo axioma é mais crucial para meu argumento: uma crença fundamental no sistema etnocientífico associado com uma dada sociedade não é provável que caia em ou permaneça em conflito com um valor fundamental ou norma que é retida pelos membros da sociedade ou pela elite política, caso a sociedade seja altamente estratificada. Em outras palavras, crenças cruciais deveriam conformar os preceitos cruciais: a verdade deveria também ser um bem. Se não existisse tal conformidade entre o sistema etnocientífico e o valor do sistema, a ciência provaria que a religião é falsa, a história desestabilizaria o patriotismo e afins – dissonâncias que a cultura, certamente, não pode tolerar em altos graus.

III

Penso que posso identificar uma única etnociência que é característica das nações europeias (ou elites) que participaram direta ou indiretamente no processo do imperialismo. Essa etnociência abrangeu todo mundo cultural europeu pelos cinco séculos de sua história. Esse nível de generalidade poderia ser também ampliado para ser útil na maioria de outros contextos, mas esse não é o caso aqui, por duas razões. Primeiro, o período é normal para estudos sobre história das ideias acadêmicas. Segundo, quaisquer variações dentre as etnociências nacionais (ou elite nacional), deveria ter similaridades básicas em assuntos pertinentes ao

imperialismo, para relações entre a Europa, com seu conjunto de vontades, e o resto do mundo, onde os desejos devem ser satisfeitos.

Essa etnociência Branca, ou Ocidental, ou Europeia é o sustentáculo intelectual do imperialismo. Isso inclui dentro de si a variação de paradigmas da ciência ocidental e as proposições da história. Com variações permitidas por necessidade, este é o comum, um sistema geral das ideias científicas e históricas em que nos cientistas brancos e ocidentais estão trabalhando. Seu crescimento teve paralelo e apoiou o crescimento do imperialismo, e se tornou para nós uma corrente de pensamento irresistivelmente forte, puxando cada nova teoria e interpretação na mesma direção antiquada: para a compatibilidade com as políticas e metas da Europa e do império. Não existe nada misterioso sobre essa força e alguns de nós prosperamos em nadar contra essa força (senão não existiria a Antipode!). Mas isso produziu um desvio geral naquelas partes da etnociência ocidental que estiveram proximamente envolvidas com o imperialismo. Mostrarei em parágrafos posteriores como esse viés funciona através das brechas do método científico e historiográfico.

A etnociência europeia, como todas outras, está perfeitamente compreendida nesse escopo. Portanto, ela contém um conjunto de crenças históricas e generalizações da ciência social sobre o mundo não branco, bem como o branco. Observei mais cedo que a longo prazo a consistência deve ser mantida entre o sistema etnocientífico e o sistema de valor. O sistema de governo de valores da etnociência europeia existe apenas o mundo branco: os imperialistas, não os imperializados. Ajustar essa etnociência para um estrutura de valor anti-imperialista requer mudanças quase drásticas, mesmo se essa estrutura tem um conjunto limitado de proposições normativas e não o sistema de valores inteiros de uma cultura não-europeia específica. Mudanças ainda mais drásticas são requeridas para incorporar as descobertas dos cientistas sociais e historiadores do Terceiro Mundo (na medida do possível).

O modelo europeu deve ser examinado minuciosamente por suas afirmações históricas enviesadas e questionáveis, abordando o Terceiro Mundo, com imperialismo, com assuntos europeus relacionados ao Terceiro Mundo e com modelos de ciência social e generalizações que são comparavelmente enviesados e

questionáveis. Cada um deles deve ser excluído. Em alguns casos vou, deliberadamente, introduzir afirmações alternativas com viés que tende ao Terceiro Mundo, na direção e na construção de modelos para gerar novas hipóteses, por mais improváveis que possam parecer. Se, ao final, solicitamos um esboço da etnociência do Terceiro Mundo, nada impressionante ficará explícito. Essa não é a etnociência de uma cultura inteira. Nem é a síntese de culturas. Ela é melhor descrita como uma tentativa de alargar a etnociência ocidental pela remoção de seu viés imperialista mais flagrante e a enriquecendo com dados do Terceiro Mundo. Muitos cientistas sociais e historiadores do Terceiro Mundo, talvez a maioria deles, estão engajados essencialmente na mesma empreitada.

IV

O argumento agora se volta para a esfera do método, uma vez que o ponto crucial é a vulnerabilidade enviesada do método científico e historiográfico. Se mudarmos o viés da academia ocidental na direção da congruência com o imperialismo, interesse difuso e persistente da cultura ocidental como um todo, então a metodologia não evidenciará essa mudança. Mesmo o acadêmico mais cuidadoso, disciplinado, especializado e sensível será incapaz de fazê-lo, apesar de que, a situação seria pior sem o cuidado e a experiência sobre o assunto.

O problema é mais agudo na história, mas mais facilmente diagnosticado. Ao visualizar o trabalho do historiador em perseguir a informação ao longo de uma cadeia de documentos registrados, cada documento acrescenta sua quantidade de valor enviesado, percepção imperfeita, descrição incompleta, categorização subjetiva e assim por diante. Esses são os riscos normais da atividade do historiador, ele negocia com isso o melhor que pode. Ele sempre busca a superação dessas dificuldades concretas, das informações dos artefatos, e, por assim dizer, entra no campo da subjetividade.

Vamos considerar agora o problema enfrentado pelo historiador europeu tentando reunir informações sobre a história de uma possessão colonial de seu próprio país. Um conjunto de fontes derivadas daqueles indivíduos, cuja participação nos eventos em análise, poderia ordinariamente persuadir o historiador a contar grandemente

com eles como dado primário. Contudo, eles são escritos e organizados em linguagem não-ocidental, transmitindo as crenças e valores da cultura não-ocidental, e estão provavelmente evidenciando mais consistentemente um viés negativo contra o poder ocupante, seus agentes e suas ações. Por contraste, existe uma abundância de registros facilmente disponíveis escritos na própria linguagem do historiador, por um grupo de seus próprios compatriotas, cujo viés ordinário é inflado por preconceitos raciais, culturais, nacionais e de classe. O historiador deve assim escolher entre dois tipos de relatos, cada um com um viés oposto. Não surpreende que seja provável a aceitação do viés de um compatriota, cujo material ele pode lidar em termos que significam meios conhecidos de julgar evidências. Ele pode, de certo modo, entrar nas mentes. Entretanto, cuidadosamente, ele evita contaminar seu trabalho com suas próprias atitudes, mas o viés preconceito o contaminou mesmo assim.

As estantes de história colonial e não-ocidental contêm alguns trabalhos de europeus que estão familiarizados com a linguagem não-ocidental e a cultura de sua área, e alguns ainda com os próprios colonizados. Ao invés disso, temos uma vasta literatura escrita pelos administradores coloniais transformados em historiadores, com títulos como “Meus dez anos entre os Dyaks⁷”. Existe também uma abundância de escritos muito enviesados feitos por historiadores das nações ocupantes, trabalhos apropriadamente descritos por Van Leur como história “escrita do convés de um navio⁸”. Portanto, vemos a importância de um punhado de estudos escritos por historiadores não-ocidentais, na maioria das vezes surgidos após a independência com uma interpretação diferente e frequentemente um corpo de dados novos e importantes⁹. Até essa literatura ter se ampliando fortemente, devemos admitir que as bases para um julgamento racional e objetivo do passado

⁷ Etnia da ilha de Bornéu [N.T.].

⁸ van Leur, J. C., *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*, The Hague, 1955.

⁹ Podem ser mencionados como exemplos escritos em ou traduzidos para o inglês: A. Aguilar, *Pan-Americanism, From Monroe to the Present*, New York, 1968; R.C. Dutt, *Economic History of India Under Early British Rule*; H-T Fei, *China's Gentry*, Chicago, 1953; Gilbert Freyre, *The Masters and the Slaves*, New York, 1946; S. Gopal, *British Policy in India, 1858-1905*, Cambridge, 1965; R. Guerra y Sanchez, *Sugar and Society in the Caribbean*, New Haven, 1965; C.L.R. James, *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, New York, 1962, 2nd edition; *ibid.*, *A History of Pan-African Revolt*, Washington, 1969, 2nd edition; F. Ortiz, *Cuban Counterpoint: Tobacco and Sugar*, New York, 1947; K.M. Panikkar, *Asia and Western Dominance*, London, 1959; R. Thapar, *A History of India*, Hammondsworth, 1966; E. Williams, *Capitalism and Slavery*, New York, 1961 (1944).

colonial e pré-colonial ainda não foram estabelecidas. Assim, devemos intimar a massa de dados existentes e revisar toda a evidência por detrás das mais cruciais generalizações sobre a natureza e evolução do imperialismo.

A ciência provou o quão vulnerável é a história no tocante à resistência de um viés imperialista – o rompimento dos paradigmas que afirmam isso, para qualquer hipótese P, P sendo a verdade do Terceiro Mundo, se P é útil para políticas imperialistas e falso se não. É preocupante a lacuna no método científico, especificamente na metodologia pura e aplicada da pesquisa da ciência social sendo realizada atualmente nos países neo-coloniais, áreas independentes que sustentam uma ou outra forma de economia colonial. (Falar-se-á mais sobre neo-colonialismo adiante). Quase todas essas pesquisas tem o objetivo declarado de contribuir direta ou indiretamente com o desenvolvimento social e econômico, e aqueles que conduzem a pesquisa aceitam, em geral, seu objetivo e honestamente seguem os cânones do método científico. Ainda que os resultados continuem a se enquadrar nos velhos paradigmas.

Notamos, de início, que a provável direção do viés pode ser premeditado pelos papéis, valores e sistema de recompensas típicos dos investigadores. Boa parte da pesquisa é realizada por cientistas sociais brancos da América do Norte ou da Europa com suporte financeiro de seu próprio governo ou de uma fundação corporativa. A maioria está inclinada a aceitar a ideologia de sua própria cultura ao menos de forma estrutural – poderia não receber o suporte financeiro se eles não o fizessem, na maioria dos casos – e essa ideologia é compatível com os paradigmas em questão. Esses paradigmas afirmam que se algum P é falso, impraticável, ou errado, P encaminha para a mudança radical, social e política, ou meramente à instabilidade política. Investigadores dos países neo-coloniais frequentemente são servidores públicos, participantes de um sistema que fornece promoções rápidas e recompensas para descobertas que não apontam para os erros e contradições governamentais em nenhum nível, de um pequeno projeto de desenvolvimento a uma política nacional de neo-colonialismo. A pesquisa universitária é apenas levemente menos constrangida, e professores, em todo caso, tem pouca oportunidade de fazer qualquer coisa. Adiciona-se que o governo e os cientistas sociais universitários são comumente recrutados por classes que se beneficiam do

neo-colonialismo. Se vários deles se opõem a isso, não obstante, eles tendem a não fazê-lo no contexto da pesquisa supervisionada. Entretanto, encontramos o potencial para superar o viés dos paradigmas do imperialismo no início da pesquisa. O potencial é aprimorado pelo fato de que quase todos os pesquisadores assimilaram esses paradigmas no período de sua formação.

O método científico é utilizado para afastar o preconceito sistemático, mas isso não pode ser feito em uma situação neo-colonial tal como estamos descrevendo. Meramente se disfarça por detrás de uma fachada de objetividade falsa. A fachada é mais impressionante quando modelos formais são usados e quando dados quantitativos em massa são processados. Entretanto, essas abordagens não parecem conferir tanta imunidade quanto nas outras¹⁰. A maioria dos modelos é derivada da teoria ocidental. Dado que outros modelos são possivelmente providenciados para igualmente se adequar em um sistema tipicamente complexo, a escolha sistemática de um modelo ocidental acrescenta a probabilidade de que o sistema será erroneamente subsumido em um paradigma inapropriado. O mesmo erro sistemático se repete na escolha de premissas.

Um problema especial surge quando modelos de simulação são desenvolvidos especificamente para processamento de dados em massa. A escolha de variáveis é condicionada pela disponibilidade de estatísticas. Essas, por sua vez, refletem a necessidade de informação necessária da época colonial anterior (ou presente, no comércio de ampla escala); portanto, a simulação se torna uma caricatura. Deve-se ver esse problema no contexto das teorias que explicam pouco da variância - quando elas são testadas em absoluto - que um modelo ruim ou uma premissa bizarra quase nunca é rejeitado por razões que não tem nada a ver com o método ou os resultados científicos. Os modelos favoritos são os congruentes com a visão, os valores e os interesses que não poderiam ser abandonadas em nenhum caso.

A pesquisa empírica não se sai melhor que a teórica: ela é prejudicada pelos mesmos preconceitos. Modelos ocidentais implícitos tendem a gerir a seleção de problemas, a área de trabalho de campo, a seleção de amostras, as categorias de

¹⁰ Ver Myrdal, G., *Asian Drama*, New York, 1968, pp. 16-26.

informação e similares. Entrevistas enviesadas são monótonas em sua congruência com a hipótese e o propósito do estudo. Talvez o problema mais sério na pesquisa empírica é a tendência a interpretar dadas situações com algum truísmo dragado da história europeia – algo que abordaremos mais tarde.

Assim, parece que a ciência ocidental, como a história ocidental, foi incapaz metodologicamente de controlar sua tendência de interpretar o Terceiro Mundo nos termos dos paradigmas da etnociência ocidental e os interesses do imperialismo. Por essa razão, se deve adotar uma atitude de ceticismo sistemático a respeito das teorias sobre a dinâmica do Terceiro Mundo. As previsões de tais teorias sugerem estratégias, e.g., para o planejamento econômico, mas se descobre frequentemente que previsões são meras reafirmações de premissas originalmente escolhidas para um modelo que não foi realmente testado. As próprias suposições acabam sendo epigramas do imperialismo. Portanto, o desenvolvimento econômico pode ser uma maneira de expressar a estratégia imperialista, não uma alternativa a ele.

Poucos de nós acreditam na possibilidade de uma ciência ou história perfeitamente objetiva, então o argumento acima exposto não deveria ser, a princípio, intragável. Se ele causa algum desconforto, esse deve ser um sintoma da dificuldade que temos em assimilar a proposição que nossa falta de objetividade não é um erro aleatório, nem mesmo um preconceito nacional ou de classe, mas uma tendência sistemática do pensamento ocidental, ligado ao imperialismo ocidental comum. A tendência é leve em um nível individual de pesquisa: um uso inconsciente de adjetivos carregados de valores; uma amostra que não é absolutamente aleatória; um projeto selecionado porque os fundos de pesquisa estão disponíveis para um tipo de assunto e para outro não. O efeito cumulativo, como a força de Coriolis e o vento solar, não é menos poderoso para não ser noticiado. Hipóteses que se chocam com o imperialismo simplesmente não atingem o status de paradigmas ou de truísmo. Contudo, por décadas e séculos, mantemos um corpo de crenças que é a verdadeira etnociência do mundo ocidental; não é, como isso reivindica ser, a ciência e a história universal do mundo como um todo.

Podemos agora comparar os modelos geográficos do imperialismo que emergem do sistema de crenças do ocidente e do Terceiro Mundo. Até agora eu não disse nada sobre o conteúdo desses sistemas etnocientíficos. Ao contrário, fizemos um elaborado alarde metodológico, cujo objetivo era levantar algumas dúvidas antecipadamente sobre a aparente auto-evidência de um conjunto de crenças e a aparente improbabilidade do outro. Discutirei essas crenças apenas na medida em que cada uma delas é subjacente ou entra em seu respectivo modelo geográfico, mas sua forma básica emergirá claramente quando prosseguirmos. Falo de modelos como “geográficos” porque o espaço e os recursos são talvez sua principal dimensão. Ele abrange algo como 500 anos de história humana, mas também abrange o globo. Esse escopo é rotineiro em geografia histórica. Note que o modelo ocidental não é marxista. Um modelo marxista do tipo clássico ou europeu - algo como um caso intermediário - vai ser examinado brevemente mais tarde. O modelo ocidental será disposto mais como uma discussão superficial de qualquer evento, desde que ele é uma coleção de truísmos familiares para todos. Ele vai, de fato, ser tratado mesquinamente e principalmente usado como uma frustração para o modelo para o Terceiro Mundo, na direção daquilo que admito ser um viés favorável.

Deve-se dizer nesse ponto que meu uso do termo “modelo” nessa discussão pretende enfatizar não apenas o fato de que estamos simplificando processos de uma mera estrutura por propósitos analíticos, mas também para enfatizar uma propriedade dos métodos que é vital para esse tipo de discurso. Modelos não são realidade. Eles podem ser tão improváveis e estranhos como podemos desejar, contanto que o modelo mundial e o mundo real permanecem separados. Algumas das afirmações históricas no modelo do Terceiro Mundo são tão completamente contraditórias ao truísmo da história ocidental que eles não podem até mesmo parecer plausíveis. Minha tarefa é usá-los com o suporte das evidências como demonstra sua plausibilidade. Historiadores devem carregar o fardo daqui em diante.

“A civilização europeia surgiu e floresceu, até finalmente cobrir a face da terra”¹¹. Essas palavras de Marc Bloch sintetizam o modelo ocidental quase perfeitamente. Elas transmitem a raiz da crença em um inefável espírito europeu, uma causa *sui*

¹¹ Bloch, M., *Feudal Society*, London, 1962, p. xx.

generis da evolução europeia e expansão. Um pequeno número de tais crenças são os truísmos básicos do imperialismo, gerando esses argumentos que justificaram o imperialismo durante sua evolução e aquele que (eu afirmo) se distinguem hoje em dia. Os seguintes truísmos parecem ser cruciais:

(1) A Europa é um indivíduo espaço-temporal, claramente demarcado e internamente coerente – uma “civilização”. Foi assim desde a Idade Média e antes, embora os limites se estendessem para a Anglo-América e além. Essa concepção oferece o modelo de uma forma domocêntrica simples¹², com uma geometria distintiva: um espaço interno, fechado e indiferenciado (todas as porções tem a propriedade “europeia”); um espaço externo, também fechado na superfície esférica; e uma fronteira entre elas que tem largura finita e importantes propriedades internas.

(2) A ascensão da civilização europeia ao longo desse período foi gerada principalmente por processos internos. Povos e áreas não europeus não têm um papel crucial nos eventos da época: a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Industrial e assim por diante. Sempre que eventos exteriores da Europa (topológica) assume significância, como durante as eras da exploração e do mercantilismo, os europeus possuem um papel ativo. Aqui temos a primeira propriedade de fronteira: permeabilidade seletiva. As principais forças na evolução cultural não podem filtrar através dela em uma direção centrípeta, apesar das matérias-primas poderem fazê-lo; como, por exemplo, o ouro Asteca.

(3) Todas as culturas não-europeias são mais ou menos primitivas, no tempo da colonização, em comparação com as europeias em abstrato e em comparação com os europeus em particular, que colonizaram uma dada área e julgaram os seus habitantes. Todas as culturas são pouco avançadas. Todas estavam ainda estagnadas ou declinantes no período da colonização. (À China é comumente concedido o direito de quase ter alcançado o nível “europeu” de civilização da época pré-iluminista, mas este é o modelo da decadência). Todas as culturas são bárbaras e pagãs. Em suma, o mundo não-europeu é menos forte, menos inteligente e menos

¹² O termo “domocêntrico” foi adaptado do uso de Shemyakin.

virtuoso do que o Europeu. Sendo assim, existe um tipo de diferenciação osmótica no poder, no conhecimento e na justiça.

(4) A expansão exterior da Europa, como a própria ascensão da Europa, é sui generis, um produto das forças e motivos internos. Ela é um “esforço externo”, um “impulso para expandir”. Existe uma evolução auto-gerada dentro das fronteiras da Europa e existe uma pressão osmótica ao longo da fronteira. O resultado é o fluxo unidirecional: um processo difuso, não um sistema em equilíbrio. (Não por coincidência, frequentemente em um tom etnocêntrico e racista. Isso talvez demonstre a verdade para partes da atual teoria da difusão?) Como um corolário, alguma dada parte do mundo não-europeu ganha importantes atributos do impacto europeu. Sendo assim, o mundo não-europeu como um todo – exceto as áreas despovoadas e colonizadas por europeus, se tornam um pseudópode europeu – dispõe dos padrões criados por uma função em declínio; quanto mais se assimila da Europa (em termos do senso de conectividade, não da distância verdadeira), menos intenso o atributo. Isso pode ser descrito, em parte, como uma linha contínua. Assim, sempre que áreas não-europeias dispõem de qualidades indicativas de importância, progresso e outros elementos similares, elas o fazem como um resultado da Europeização e na proporção que elas receberam o impacto europeu. Igualmente, o processo de imperialismo se torna uma questão de dar civilização enquanto ela explora recursos.

Esses truísmos históricos oferecem alguns dos principais elementos na estrutura das ideias subjacentes ao imperialismo europeu ao longo de seu curso e ainda subjacentes. Um padrão duplo de moralidade foi aceito com pilhagens, corsários, tomada de escravos, comércio de escravos e para a própria escravidão foram pertinentes enquanto o local era extra-europeu – de fato, o Iluminismo na Europa coincidiu com a era da escravidão além das fronteiras. O colonialismo adquiriu o status de um processo natural e inevitável, quase preordenado pela evolução interna da Europa e se desenvolvendo homogênea e continuamente das primeiras viagens de Henrique o Navegador, até a repartição final da África. O estabelecimento de empreitadas capitalistas de grande escala nas colônias e ex-colônias foi igualmente inevitável, um assunto de descobertas e usos aprimorados da terra e do trabalho, melhor do que os nativos que eram capazes de alcançar. No século XX, eventos

desconfortáveis como a militarização japonesa e o crescimento do comunismo chinês foram percebidos como efeitos de ideias europeias. Tentei elaborar um modelo ocidental completo, tentando demonstrar como aqueles processos são, e foram no passado, percebidos em termos de persistentes truísmos básicos (nem todos os que mencionei, é claro), que servem como premissas no modelo. Em todos os estágios da história moderna, europeus delinearam esses truísmos da etnociência europeia, sempre que era necessário justificar eventos passados, atuais ou planejados.

O mesmo vale para hoje. O conceito de povos não-europeus como inferiores em força, inteligência e virtude – ou seja, em poder nacional, inventividade tecnológica e aspirações justificáveis – é ainda básico nas políticas internacionais do Ocidente, embora raramente explicitada em termos claros e talvez nem mesmo delineada no processo consciente de tomada de decisões. Antes de avançar sobre esse assunto, temos que melhor apresentar o modelo alternativo, o do Terceiro Mundo.

VI

Um pouco antes, caracterizei a etnociência do Terceiro Mundo de uma maneira simplista, classificando-a como etnociência ocidental com uma restrição removida: ela apoia o imperialismo. Mas se essa restrição foi removida, as formas da historiografia e da ciência social devem mudar. Fanon faz essa afirmação contundente: “O que o Ocidente tem como verdade não é mais compreendido hoje em dia... uma nova teoria do homem está sendo iniciada”¹³. Se ele está literalmente certo ou não, claramente isto é o programa para uma etnociência do Terceiro Mundo.

O modelo, como construído aqui, vai bem além do pensamento acadêmico existente (como qualquer modelo deveria fazer). Quando as próprias especulações são tecidas no local de produção, o modelo está em harmonia com todo. Esse modelo tem um motivo básico: ceticismo básico para qualquer truísmo ou paradigma da etnociência Ocidental que parece reforçar o imperialismo: por depreciar uma parte ou propriedade do Terceiro Mundo; por afirmar uma dependência para com o

¹³ Fanon, F., *Toward the African Revolution*, New York, 1967, p. 125.

Ocidente; por clamar que algumas formas de ação ocidental no Terceiro Mundo são a priori lógicas, próprias ou necessárias; por racionalizar o uso ou o potencial de uso da força ocidental na região do Terceiro Mundo; ou simplesmente por afirmar que a história europeia é sui generis – que a evolução cultural é um monopólio europeu. Ceticismo leva à crítica e assim a trama é desvendada e reconstruída.

O modelo afirma um corpo de proposições, sendo que a maioria se refere a simples negações de uma ou outra parte de um ou outro truísmo ocidental. Delineio essas proposições juntas de um esquema da geografia histórica do imperialismo de alguma forma dividida arbitrariamente em três estágios espaço-temporais. Muito pouco foi dito sobre a geometria desse modelo desde sua mais fundamental qualidade, que é (ou pode ser exprimido como) a ausência do etnocentrismo, domocentrismo e, portanto nodalidade.

Um estágio pode ser chamado de revolução indústria de base escravista, com relações se estendendo da Europa Atlântica até a costa da África Ocidental; daí, a costa Atlântica até a América do Sul; então ao norte, ao longo da costa até as Índias Ocidentais; daí, de volta para Europa. Esse período dura aproximadamente de 1450 a 1750. Para lidar com ele adequadamente, teríamos que discutir eventos ocorridos na Ásia ao mesmo tempo, mas vou me contentar com uma proposição: o impacto da Europa na Ásia ao longo desse período foi muito leve; o próprio modelo sugere por que isso ocorreu¹⁴.

O período se inicia com corsários – pirataria contratada – na costa da Guiné por mercadores portugueses e embarcações navais. Ocorre a captura de escravos em pequena escala. Igualmente a plantação de açúcar em pequena escala começa em várias ilhas do Atlântico (e.g. São Tomé), usando os escravos capturados e produzindo para o mercado europeu. Marinheiros ibéricos continuam a sondar o sul, menos preocupados em contornar a África do que com a predação no litoral. Com lucros e experiências crescentes, os navios se tornam mais resistentes; eventualmente o horizonte se alarga para os pontos onde o desembarque é feito no Novo Mundo, e os interesses ibéricos mudam em parte para o saque do Novo

¹⁴ Panikkar, op. cit.; van Leur, op. cit.

Mundo (“conquista”). Enquanto isso, os portugueses abrem um lucrativo comércio no Oceano Índico, derrotando os árabes na competição, principalmente na pirataria de alto-mar, contra as pequenas embarcações árabes. Esse comércio nos interessa principalmente porque ele leva à colonização da costa brasileira, onde guerras e doenças europeias, combinadas com escravidão, rapidamente destruíram os competidores ameríndios pela terra. Fazendeiros se moveram através do Atlântico, aumentando vastamente as áreas das plantations e estimulando o comércio de escravos. Agora, a Europa dá o seu golpe de gênio e começa a verdadeira explosão do imperialismo; maciça expansão da agricultura comercial baseada em escravos no Novo Mundo.

A transmissão de doenças esvaziou a terra em quantidades sem fim e foi uma vantagem maior que os europeus administraram para lutar contra as civilizações da África e da Ásia. Nesse modelo, a Europa não possui o “impulso para expandir” não compartilhado por essas outras civilizações; a Europa não tinha nenhuma vantagem tecnológica, salvo navios que eram um pouco mais sofisticados como resultado da época anterior do saqueio africano; a Europa não dispunha de nenhum outro sinal distinto de avanço cultural ou realização-motivação no século XV e início do século XVI. Ela meramente chegou ao Novo Mundo primeiro e obteve suas terras em troca de um genocídio.

O Terceiro Mundo pode assim postular que os europeus não tinham uma superioridade inata, nem mesmo o poder de conquistar as civilizações do velho mundo. Esse poder estava garantido apenas no século XVIII, 250 anos após Colombo, como um resultado da revolução industrial, que começou não na Europa, mas nas Índias Ocidentais e depois disso se difundiu (externamente? internamente?) para Europa¹⁵. Para fazer essa afirmação plausível, precisamos de um modelo subsidiário, um sistema-modelo microgeográfico da *plantation* baseada em trabalho escravo, demonstrando sua homologia com a subsequente indústria fabril. Tal modelo mostraria que, no nível de tecnologia maquinaria (moinhos e campos), no nível de capital, na escala de entrada de trabalho e produção, de

¹⁵ James, C.L.R., "The Atlantic Slave Trade and Slavery: Some Interpretations of their Significance in the Development of the United States and the Western World", Williams, J. and Harris, C., eds., Amistad 1, New York, 1970, pp. 119-164, especialmente pp. 122-123; Williams, E., op. cit.; Ortiz, F., op. cit.

complexidade organizacional, dos efeitos multiplicadores gerados e outros atributos, a *plantation* de açúcar foi igual ao nível das primeiras manufaturas inglesas de têxteis, que a precedeu por muito tempo. A esmagadora diferença foi a escravidão.

O modelo do Terceiro-Mundo aqui evoca proposições alternativas. A primeira é um truismo antropológico: toda cultura tem regras, ou leis, que limitam o grau em que alguns participantes dessa cultura podem explorar alguma outra, mas tais regras não precisam ser aplicadas para forasteiros. Além das relações com a Europa, um estrangeiro pagão poderia ser assassinado ou escravizado à vontade. Com novas terras e um mercado ativo, os escrúpulos morais foram postos de lado. A segunda proposição é cultural e geográfica: novas tecnologias são extremamente custosas nessa fase inicial. A terceira é a proposição básica do marxismo, em que o poder deve ser empregado para extrair a mais-valia do trabalho – certamente mais factível se utilizando armas em uma colônia escrava. Assim encadeamos o argumento para a base escravista, de origem extra europeia do sistema fabril – de fato, do próprio capitalismo se aceitarmos a distinção de Marx entre mercadores e capitalistas¹⁶. Em nosso modelo, o sistema fabril evoluiu sob a escravidão para o ponto em que o retorno do trabalho era, literalmente, o suficiente para manter os trabalhadores vivos; apenas então, o sistema poderia ser transferido das colônias para Europa e do sul dos EUA para o norte; então, reconstituído como um novo tipo de fábrica, com trabalho semi-livre e trabalho infantil formando uma transição.

Esse modelo das origens da indústria e do capitalismo industrial é razoavelmente estranho no contexto do etnocência ocidental. No sistema do Terceiro-Mundo, o modelo pode ser ruim, mas está longe de ser estranho. C. L. R. James, um dos maiores historiadores do Terceiro Mundo, diz simplesmente: “Está fora de questão hoje que os recursos que [o sistema fabril] iniciou e estabeleceu... resultaram do comércio escravista do Atlântico e da escravidão de Africanos e Americanos”. O próprio comércio de escravos, nesse modelo, foi mais predatório na costa da África ocidental: o envolvimento dos reinos africanos veio relativamente tarde, respondendo a um dos frutos da revolução industrial: armas baratas¹⁷. Deve-se

¹⁶ Marx, K., *Capital*, New York, 1967, Vol. 3, p. 325.

¹⁷ Cf. Polanyi, K., *Dahomey and the Slave Trade*, Seattle, 1966, para uma discussão dessa relação econômica.

acrescentar a entrada de lucros das iniciativas espanholas no Novo Mundo – pilhagem, mineração e um pouco de agricultura –, bem como os lucros do mercantilismo na Ásia. O elemento asiático, entretanto, é superestimado. Os europeus não controlaram um território significativo antes de meados do século XVIII, e não tinham nada para vender para os asiáticos até que a indústria baseada em escravos tivesse desencadeado a revolução industrial europeia.

O estágio II da evolução do imperialismo, como retratado nesse modelo, é o colonialismo clássico, ou a conquista de território em ampla escala, principalmente em áreas com uma organização estatal sofisticada. Esse período começa lentamente no princípio do século XVIII. No final do século XIX o controle colonial se espalhou ao menos nominalmente sobre quase toda África e Ásia, o Japão se uniu aos colonizadores e a China se tornou um condomínio colonial gigante. O estágio chega ao fim quase em todos os lugares, por uma garantia de independência formal após a II Guerra Mundial. No modelo, ao fim do processo temos uma reocupação gradual do território e um gradual desmoronamento da política colonial de controle por um período de talvez 80 anos.

As condições de início do Estágio II estão em essência também nas condições terminais do Estágio I. Essas condições podem ser mais bem entendidas nos termos da geometria do modelo. Inicialmente, o velho mundo é uma região uniforme dotada de cidades mercantis, não uma região nodal centrada na Europa. Não presumimos uma condição inicial com a Europa, ela mesma que pode destruir o relativo equilíbrio espacial entre as cidades do velho mundo, e presumimos (com Polanyi) que mercadores do mundo arcaico são subservientes, totalmente ou em partes, ao aparato do Estado – uma dualidade, competindo com os polos de poder são instáveis e, portanto, inadmissíveis¹⁸. Explicamos a aquisição do poder pelos mercadores europeus como processos fronteirços entre o Velho e o Novo Mundo. Dois ingredientes vitais da sociedade capitalista estavam assim delineados na Europa: primeiro, o sistema do capitalismo industrial que (nesse modelo) evoluiu sob a escravidão; e, segundo, os lucros – da pilhagem, escravidão, comércio asiático e novos mercados na América do Norte ou outro pseudópode da Europa – que foram

¹⁸ Polanyi, K., ed., *Trade and Markets in the Early Empires*, Glencoe, 1957.

necessários para a classe mercante (agora capitalista) adquirir poder político e assim se legitimar. No final do Estágio I, capitalismo e Estado eram novamente um único foco de poder, não vice e versa. Dessa maneira, a autoridade política e legal foi obtida para criar um proletariado semi-escravo na Europa com a ampliação dos limites da exploração na sociedade, redefinindo a conquista territorial de áreas não-europeias como um assunto de estado, não de uma Companhia Privada (apesar da transição de uma para outra ter sido lenta)¹⁹.

Assim, derivamos as três condições iniciais do Estágio II, ou Colonialismo. Primeiro, os países europeus já haviam se tornado sociedades capitalistas – não simplesmente mercantilistas –, e as colônias são, portanto, buscadas como extensões do mercado europeu e para obtenção de matérias primas. Segundo, juntas, a industrialização e a urbanização avançaram ao ponto em que ambos tecnologia e capital necessários para a conquista de larga escala estavam disponíveis. Em terceiro, desde que a primeira condição é melhor encontrada em uma colônia potencial que possui uma forte organização do estado preexistente e uma ampla população, os procedimentos formais e informais serão feitos para forjar uma aliança entre os imperialistas e a estrutura do poder colonial – uma aliança com vantagens genuínas para os participantes coloniais desde que isso os ofereça uma parte dos espólios econômicos e políticos. Isso, se nota, é uma redefinição do preceito “conquistar e dividir”. Em nosso modelo, o preceito significa: o imperialismo deveria se ajustar às formas existentes de exploração que as mesmas classes são exploradas, apenas mais vigorosamente. Tenho a ocasião de voltar a essa proposição em um contexto moderno.

Com o findar da II Guerra Mundial, o sistema colonial foi desmantelado com a velocidade de um circo itinerante e, na maioria dos lugares, a independência foi alcançada sem uma revolução violenta e com declaração feita pelo poder imperial, mais do que com a apresentação de um ultimato. O modelo ocidental usa esses

¹⁹ Para companhias contratadas e colonialismo, ver Coornaert, E., "European Economic Institutions and the New World: The Chartered Companies", Rich, E. and Wilson, C., eds., *The Economy of Expanding Europe in the 16th and 17th Centuries (The Cambridge Economic History of Europe, Vol. 4)*, Cambridge, 1967, pp. 223- 275. Sobre colonialismo, ver Memmi, A., *The Colonizer and the Colonized*, Boston, 1965; Puthuchear, J., *Ownership and Control in the Malayan Economy*, Singapore, 1960; and various works by G. Padmore.

fatos como evidências de que o imperialismo está no seu leito de morte. O modelo do Terceiro Mundo interpreta esses fatos de forma diferente: uma área pode ser explorada mais eficientemente, em meados do século XX, sem controle político explícito. Esse é o neocolonialismo, Estágio III de nosso modelo. Para entender a homologia entre esses dois estágios, e para entender a natureza do neocolonialismo – um assunto crucial para a análise econômica e social dos programas de desenvolvimento do Terceiro Mundo – devemos focar por um momento em certas propriedades estruturais de um tipo-ideal colonial como delimitado por nosso modelo.

A colônia como um todo pode ser descrita como um estado feudal, uma sociedade tripartida formada por uma nobreza ou classe fundiária acima do qual está a aristocracia do estado e abaixo estão os camponeses, com uma superestrutura imperialista acrescentada como outro conjunto acima – e, de fato – influenciando todos os grupos econômicos no estado e nobreza. A burocracia colonial é comumente auto-sustentável com receitas de impostos que geralmente são pagas diretamente ou indiretamente por camponeses. A burocracia abrange um grande corpo de europeus, nem sempre necessários vitalmente. Ela tem a função tácita adicional de prover uma fonte de pagamento decente para os filhos da nobreza menor. Esse é, de fato, um elemento significativo no sistema de espólios; dessa forma, a burocracia pode ser uma estrutura explorável se seus serviços técnicos não equilibram o saldo, como pode ou não ocorrer.

A principal exploração, no entanto, vem dos negócios privados, das funções que são escrupulosamente mantidas separadas das do governo. Uma colônia grande e diversificada, densamente povoada, contudo, terá ao menos algumas *plantations* de propriedade de europeus (ou apenas jardins de chá acima da zona de cultivo de alimentos), algumas minas de propriedade dos europeus, uma sede de agência de importação-exportação de propriedade europeia que usualmente se alimenta das redes de distribuição administradas localmente, e outras empresas como essas. Quase todas as mercadorias manufaturadas são trazidas do país colonizador. A manufatura local poder ser suprimida abertamente, como aconteceu com a produção e exportação têxtil da Índia durante a era da Companhia e depois, no caso do refinamento do açúcar nas Índias Ocidentais, ou a indústria local pode ser incapaz

de encarar a competição dos importados industriais²⁰. Em todo caso, uma perda massiva de lucro ocorre como resultado desse processo, exterminando as indústrias manufatureiras incipientes, privando os artesãos urbanos de uma subsistência (mas beneficiando os mercadores) e reduzindo os ganhos da família camponesa²¹.

Para sintetizar esses aspectos estruturais: o bem-estar da burocracia colonial, os serviços infra-estruturais e a manutenção de uma polícia ou estabelecimento militar excessivamente grande, se mantêm próximo da costa. O setor privado europeu aproveita as exportações das *plantations* e produtos minerais, importando mercadorias manufaturadas. A nobreza fundiária continua como sempre a coletar aluguéis ou produtos em espécie dos camponeses, enquanto seus parentes mantêm um status de elite em novos papéis, burocráticos ou comerciais. Os camponeses carregam seu fardo aumentando lenta e firmemente, geração a geração, e a classe dos trabalhadores despossuídos aumentando proporcionalmente. O crescimento populacional pode ser uma causa contributiva para o problema – argumentarei o contrário a seguir – mas, a causa primária é a exploração: cobranças mais pesadas caem sobre os agricultores que sempre têm suprimentos limitados e raramente têm acesso a insumos para aumentar a produção.

A colônia assim criada é dual, mas não em um sentido de uma economia em que a empresa europeia é distinta e não pode se integrar com a economia camponesa, se isso é mesmo possível²². O dualismo aqui está entre o governo e a economia. Esse é um aspecto fundamental das sociedades capitalistas; ela permite a atividade econômica irrestrita com uma área ampla de legalidade e ações permissivas. A mesma dualidade é construída, pelas mesmas razões, e nossa colônia. Após uma rede firme de laços terem se estabelecido entre a metrópole e a empresa colonial e esta última ter adquirido um corpo de administradores e comerciantes da elite local, então, em teoria, a independência não interfere nos negócios, como de costume. Na sociedade pré-colonial, esse tipo de dualismo é raramente visto. O proprietário de

²⁰ Jathar, G., and Beri, S., *Indian Economics*, Madras, 1945; Dutt, op. cit.; Gadgil, D., *The Industrial Evolution of India*; Myrdal, G., *Economic Theory and Underdeveloped Regions*, London, 1957, p. 60.

²¹ Fei, op. cit.; Jathar and Beri, op. cit.

²² Boeke, J., *Economics and Economic Policy of Dual Societies*, New York, 1953. Uma análise mais realista do dualismo indígena-estrangeiro é dado por Myint, H., em "An Interpretation of Economic Backwardness", *Ox. Econ. Papers*, Vol. 6, 1954.

terras, por exemplo, pode ter tantos atributos político-territoriais, quanto econômicos. Mas, o colonialismo suborna a velha elite para assumir um novo papel, parte burguesia econômica, parte funcionalismo burocrático. Se camponeses e trabalhadores não provocam uma revolução em escala completa, então uma nova elite quase sempre aparecerá na vanguarda do movimento de independência menos extremo. Mas, se os colonizadores se recusam a sair, vários membros desse grupo se tornarão revolucionários rapidamente, como aconteceu na Indonésia, Argélia e em outros lugares. Não é necessário dispensar completamente o significado da crença imperialista ao observar que quase todos os países imperialistas optaram por ignorar essas opiniões e libertar suas colônias sem problemas. Então, as condições terminais para o Estágio II e as condições iniciais para o Estágio III estão ligadas ao processo colonial que cria um feudo econômico e o assegura contra todos os perigos políticos, exceto o socialismo.

O “neocolonialismo” é o termo mais usado para aquilo que nosso modelo identifica como o terceiro estágio do imperialismo. Nkrumah caracteriza uma nação independente como neocolonial se “seu sistema econômico e sua política é direcionada de fora”²³. No presente modelo, ao estado neocolonial é dado cinco propriedades definidoras. Primeiro, sua economia está conectada com o capitalismo europeu de uma maneira colonial. Segundo, sua estrutura política interna é efetivamente controlada por um grupo de elite de um tipo que descrevo para as colônias do Estágio II, um grupo de homens de negócio, servidores públicos, ou ambos, comprometidos com seus próprios interesses ou ideologia para manter a economia colonial. Terceiro, podem existir conexões econômicas com mais de uma potência europeia. Quarto, o estado encontra-se sob uma permanente ameaça de invasão ou de algum outro ato hostil se os interesses econômicos europeus dentro de seu território não estão propriamente protegidos; portanto, sua soberania é contingente. E quinto, desde que a exploração no modo neocolonial é parecida com a do colonialismo clássico, o neocolonialismo tem a mesma necessidade de ser protegida por um poder militar se os cidadãos ficarem inquietos. Adequadamente, à neocolônia é habitualmente dada assistência militar substancial para garantir

²³ Nkrumah, K., *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*, New York, 1965, p. ix; Fanon, F., *The Wretched of the Earth*; Andre Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, New York, 1967.

segurança interna, enquanto seu parceiro europeu fica preparado para desembarcar tropas no país se elas forem necessárias.

Note que as duas primeiras propriedades, uma economia colonial e uma elite burocrática-mercantil, são as duas mais fundamentais características das colônias do Estágio II, ao lado do próprio domínio Europeu. Note também que a terceira proposição sugere uma razão plausível de por que os poderes imperialistas podem encontrar seus interesses melhor atendidos ao conceder independência as suas colônias e convertê-las em neocolônias. Para começar, se todas as principais potências se descolonizaram quase ao mesmo tempo – exatamente como aconteceu – então, o princípio do Mercado Comum se torna efetivo: cada um renuncia as suas proteções comerciais em um pequeno mercado colonial, obtém acesso a um mercado muito maior e ainda mantém as escolhas originais do neocolonialismo. A segunda desculpa imperialista para a descolonização é militar. Dado o estado de guerra tecnológica na década de 1950 se comparado, digamos, com os anos 1900, os desembarques aéreos e navais podem chegar para prover mais poder de reserva do que as guarnições coloniais mantidas (a grande custo) pelo império. De um ponto de vista do Terceiro Mundo, existem razões para acreditar que o imperialismo ainda está bem vivo.

A proposição que o imperialismo ainda detém domínio em seu novo disfarce neocolonialista, nos leva a um ceticismo difuso sobre a política ocidental no Terceiro Mundo atualmente. Isso também levanta dúvidas sobre os pronunciamentos da etnociência ocidental sobre questões de paz, igualdade e desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo. Tomemos como exemplo as seguintes proposições. Primeiro, dada a propensão a definir os movimentos não europeus em termos europeus, não será possível encenar nenhuma revolução com qualquer forma de exploração no Terceiro Mundo sem que essa revolução seja definida e respondida como marxista – como um subconjunto do pensamento ocidental? Segundo, o Ocidente será capaz de aceitar a possibilidade de que as nações do Terceiro Mundo possam derrotá-lo militarmente – a resolução de conflito em lugares como o sudoeste da Ásia deve seguir os mesmos princípios como em outros lugares? Terceiro, pode o Terceiro Mundo aceitar a tese de que qualquer programa econômico de desenvolvimento não é meramente parte do processo do

imperialismo? Por exemplo, existe alguma diferença real entre os programas de ajuda econômica e os antigos serviços técnicos coloniais? Ambos servem como padrões de manutenção ou serviços de bem-estar para permitir o funcionamento homogêneo da exploração privada? Quarto, os esforços de controle populacional realmente são concebidos para ajudar o Terceiro Mundo ou eles são simplesmente outra dimensão do imperialismo? Por último, é razoável argumentar que o alto índice de natalidade dos camponeses existe em função da exploração assim como argumentar que a atual visão Ocidental, que admite incrível ignorância dentre parte das famílias camponesas e, dentre vários não-brancos, traz consigo tons de racismo. Se o tempo permitisse, eu continuaria com várias outras proposições céticas do mesmo tipo. Talvez, o Terceiro Mundo está realmente chegando a convicção de que paz, justiça e desenvolvimento devem emergir de uma nova etnociência: “uma nova teoria do homem”.

VII

Sistemas de crenças não estão de nenhuma forma, imunes às mudanças, mas é menos provável prever eventos externos do que explicá-los após o fato. Isso é notavelmente verdade quando uma cultura está perdendo controle sobre tais eventos. A realidade, para essa cultura, está mudando; o sistema de crenças está sinalizando “nenhuma mudança”; os membros da cultura acreditam e agem nesse sinal; e cedo ou tarde o hiato entre crença e verificação se torna muito grande para ser ignorado. Infelizmente, essa descoberta pode ocorrer durante o milissegundo anterior de um holocausto nuclear. Sendo mais específico: a etnociência ocidental define a geografia do mundo atual de uma maneira que é tão grosseiramente irrealista que não podemos apenas esperar por uma mudança de opinião que ocorra a tempo de nos salvar, ou uma intrusão o suficiente lenta da realidade que as opiniões possam de alguma forma responder a tempo. O modelo ocidental persuadiu o Ocidente que o imperialismo está sob controle, que o desenvolvimento econômico está virando a esquina, e que a paz é apenas uma questão de opinião correta. O modelo do Terceiro Mundo, de outro lado, descreve um mundo em que o imperialismo está longe da morte – ao contrário, ele mudou de colonialismo para neocolonialismo – um empreendimento cooperativo do mundo europeu como um todo – e que resistência ao imperialismo está aumento ao redor do mundo. Se o

mundo real carrega qualquer semelhança com esse modelo, então estamos à beira do desastre.